



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Trajatória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível

Brazilian Lesbian Press: a possible history

Paula Silveira-Barbosa¹

Resumo: Este artigo tem o objetivo de demonstrar a viabilidade de uma narrativa sobre o conjunto da Imprensa Lésbica brasileira. Embora existam pesquisas de pós-graduação que abordem parte dos periódicos desse segmento, ainda resta por fazer um trabalho que congregue essas publicações, analisando-as de maneira conjunta. Além disso, a maioria dos periódicos lésbicos ainda tem seu histórico por contar. Para cumprir o objetivo, articulo o conceito de história do possível, elaborado por Tania Navarro-Swain (2014) com uma revisão bibliográfica dos trabalhos já publicados até então. Com isso, exponho os vestígios da trajetória da Imprensa Lésbica, além de compartilhar resultados parciais de meu estudo de mestrado, ainda em andamento. Sendo assim, narro de maneira breve algumas contribuições da Imprensa Lésbica no período de 1981 a 1995, que é o mesmo recorte temporal proposto em minha dissertação. Como resultado, espero que o trabalho instigue mais pesquisas sobre o assunto, além de facilitar a pesquisa desse campo, dada a escassez de informações a respeito.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica; história do possível; história da imprensa.

Abstract: This article aims to demonstrate the viability of a narrative about the Brazilian Lesbian Press. Although there are postgraduate studies that address some of the journals in this segment, we still have to do a study that compiles these publications, analyzing them together. In addition, most of lesbian journals still has its historic to write. In order to fulfill the objective, I articulate the concept of the history of the possible, elaborated by Tania Navarro-Swain (2014) with a bibliographical revision of the researches already published until then. With that, I expose the traces of the Lesbian Press trajectory, in addition to sharing partial results of my master's study, still in progress. Thus, I narrate briefly some contributions of the Lesbian Press from the period 1981 to 1995, which is the same time cut proposed in my dissertation. As a result, I hope the work will prompt more research on the subject, as well as facilitate studies in this field given the scarcity of information about it.

Keywords: Lesbian Press; history of the possible; press history

Apresentação

Neste artigo, proponho a construção de um histórico da Imprensa Lésbica brasileira. A partir de revisão bibliográfica, aponto a existência de elementos suficientes para sistematizar a

¹ Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade de Brasília. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: paulaevelyn.b@gmail.com.

trajetória do conjunto de publicações desse segmento. A proposta tem como justificativa a contribuição para a preservação das memórias da comunidade lésbica, que foram sistematicamente negadas ou mesmo destruídas.

Dessa forma, esta breve investigação soma-se ao esforço de pesquisadoras que têm resgatado produções lésbicas, com o fim de interromper definitivamente a trajetória de apagamento e invisibilidade a qual as lésbicas foram historicamente submetidas. Como contribuição, este estudo oferece às pesquisadoras interessadas, um mapeamento de publicações, que pode subsidiar investigações futuras, além de preencher algumas lacunas que se notam na trajetória dos ativismos lésbicos no Brasil e suas produções.

Para cumprir o objetivo proposto, o texto está organizado em quatro partes. Primeiro, discuto a pertinência de se construir uma narrativa sobre o conjunto da Imprensa Lésbica. Nesse tópico, as referências principais são estudos sobre história das mulheres e história do possível (MUNIZ, 2015; NAVARRO-SWAIN, 2014; PERROT et. al, 2001; PERROT, 2007).

Em seguida, apresento uma revisão bibliográfica de pesquisas de pós-graduação, que abordam periódicos lésbicos brasileiros (CARDOSO, 2004; LESSA, 2007; SILVA, 2016; MAIA, 2017a). Cada um deles trata, pelo menos, de um título da Imprensa Lésbica. Ao apresentar as contribuições desses trabalhos, discuto a possibilidade de sistematizar suas descobertas e aprofundá-las para constituir uma narrativa sobre o conjunto da Imprensa Lésbica, cujo surgimento é apontado em 1981 e que segue com publicações contemporâneas em circulação (MAIA, 2017a).

Posteriormente, apresento desafios e perspectivas de pesquisa dessa temática a partir de meu estudo de mestrado, ainda em andamento, em que descrevo o desenvolvimento de periódicos lésbicos, criados entre 1981 e 1995. Nessa seção, apresento um mapa de publicações lésbicas, em que compartilho os avanços obtidos após o primeiro ano de investigação de mestrado. O tópico aborda, ainda, as limitações do estudo, tanto do ponto de vista logístico, como científico. Finalmente, discuto os resultados obtidos e discorro sobre as possibilidades para a continuidade de estudos dessa natureza.

Por que escrever uma história da Imprensa Lésbica?

Pesquisadoras feministas, de diferentes áreas, sobretudo a partir da década de 1970, iniciaram produções que resgatam atos promovidos por mulheres e que foram apagados (PERROT et. al, 2001). É nesse contexto que se inaugura o que ficou conhecido como “história das mulheres”. Ainda que esse evento tenha revelado questões até então não

exploradas, verifica-se a permanência de abordagens que não problematizam as relações de gênero e terminam por figurar como uma versão complementar da história “oficial” (MUNIZ, 2015; NAVARRO-SWAIN, 2014; PERROT et al., 2001).

Uma das obras que se coloca como referência dessa nova abordagem de pesquisa é o livro *Minha história das mulheres*, de Michelle Perrot (2007). Além dessa obra, a autora tem pouco mais de uma dezena de livros, em que discute e aplica construções históricas baseadas no diverso, no plural e no heterogêneo. Para além das questões de gênero, Perrot empreendeu outras pesquisas que analisam a exclusão de grupos sociais desprivilegiados e cujos feitos foram excluídos ou distorcidos nas narrativas históricas (PEDRO, 2003).

Depois de alguns anos de produções dentro dessa perspectiva, em 1986, Perrot apresentou um balanço crítico, que apontava possibilidades e desafios de pesquisa a serem enfrentados. Aqui, destaco aquele que julgo mais pertinente aos propósitos deste artigo. Para Perrot, há: “uma inflação de estudos sobre os discursos normativos que mal levam em conta as práticas e os *modos de resistência* a estes discursos, e que induz, algumas vezes a uma espécie de autofascinação pela infelicidade” (PERROT et al., 2001, p. 9, grifo meu).

No âmbito dos estudos sobre a Imprensa Lésbica, nota-se o mesmo entrave descrito por Perrot. Como bem pontua Carolina Maia (2017a), de fato não há pesquisas que sistematizem, de forma detalhada, os registros documentais desses periódicos. Contudo, a pesquisadora alerta para não incorrerem na minimização de trabalhos já empreendidos e que rompam a lógica do silenciamento de produções lésbicas. Assim, a pertinência de contar uma história da Imprensa Lésbica está na reconfiguração do olhar científico sobre essas mulheres. Embora oprimidas pela violência da heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), as lésbicas desenvolveram estratégias de resistência a partir de mídias criadas e gestadas por elas mesmas. Ademais, ao descrever a trajetória dessas publicações, valoriza-se o potencial criativo delas e amplia-se a pluralidade dos registros históricos.

Para evitar armadilhas como as descritas por Perrot e Maia, Navarro-Swain propõe a escrita de uma “história do possível”, ou seja, aquela construída sob uma perspectiva feminista e para a qual a divisão da sociedade a partir da matriz sexual e binária inexistente. A partir desse novo conceito, a autora vê a inauguração de outro momento para a pesquisa e a escrita da história, que agora passa a decodificar possibilidades sociais antes ocultas:

É a ocasião da descoberta de uma humanidade que não teria sido regida pelos genitais, pela sexualidade, pelas formas do corpo, da cor da pele: é uma outra narrativa a partir de um olhar feminista sobre os documentos históricos e sua historiografia enviesada pelo sexo. É a descoberta de faces diversas, inusitadas, que povoaram o caminhar humano, ocultas à pesquisa pelos moldes interpretativos do patriarcado.

Desta forma, a dissolução das narrativas históricas masculinas, universalistas e binárias, contribui para a construção de uma nova memória social, de um novo sujeito feminino, político, filosófico, artístico, que não é mais o “outro”, nem o “diferente”, mas que esboça no espaço exterior, um espaço de movimento e criatividade (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 618).

É sob essa perspectiva que desenvolvo este estudo. Trata-se de uma ótica que enxerga e privilegia o potencial inventivo das lésbicas brasileiras. Dessa forma, passo a discorrer sobre outros elementos que justificam a pertinência de se escrever uma história da Imprensa Lésbica.

No âmbito dos estudos em Comunicação, apenas uma pesquisa de pós-graduação aborda, em detalhes, a Imprensa Lésbica. Trata-se da dissertação de Elizabeth Cardoso (2004), sobre a qual tratarei com mais atenção no tópico seguinte. Por enquanto, cabe destacar que os estudos sobre história da imprensa e do jornalismo têm se consolidado sem a inclusão das produções feitas de lésbicas para lésbicas - o que Carolina Maia (2017a) chamou de forma pioneira - no âmbito de estudos de pós-graduação no Brasil - de Imprensa Lésbica. Essa lacuna se observa, inclusive, em estudos sobre imprensa feminista, homossexual e alternativa (CARDOSO, 2004; MAIA, 2017a).

Em minha pesquisa de mestrado, tenho defendido a necessidade de estudar a Imprensa Lésbica não apenas como forma de dar pluralidade às narrativas históricas do campo. Embora reconheça a importância desse feito, trazer a Imprensa Lésbica para o meio acadêmico tem implicações ainda mais profundas. A mais evidente, e talvez mais importante, refere-se ao reconhecimento dessas produções a fim de criar registros que devolvam às lésbicas o direito à ancestralidade, a um passado no qual possam se reconhecer (FERNANDES, 2018).

A segunda implicação consiste no tensionamento da escrita científica e histórica. Muitas vezes, os relatos sobre determinados grupos sociais não são feitos por eles. Além disso, muitos desses estudos são realizados sob perspectivas discriminatórias e moralizantes, como é o caso das lésbicas (MOGROVEJO, 2000). Sendo assim, a escolha de narrar a trajetória das produções lésbicas a partir dos periódicos editados por elas e de seus relatos orais, como tenho feito em meu estudo de mestrado, coloca as agentes desses eventos no centro da narrativa.

As evidências encontradas até agora apontam a possibilidade de construção de um relato sobre o conjunto dos periódicos lésbicos. Feito que tenho me proposto a fazer, dentro dos limites temporais de 1981 a 1995 – recorte temporal que será mais bem explicado nas seções seguintes. Os avanços obtidos por pesquisadoras cujos trabalhos são anteriores ao meu

são elencados na seção a seguir. O objetivo é demonstrar que a história da Imprensa Lésbica é, antes de tudo, uma história possível, nos termos de Navarro-Swain (2014).

Registros acadêmicos da Imprensa Lésbica brasileira: vestígios de uma história possível

A pesquisa mais antiga a abordar a Imprensa Lésbica, de forma detalhada, é de autoria de Elizabeth Cardoso (2004). Em seu estudo de mestrado, Cardoso se dedicou a mapear publicações feministas que circularam entre 1974 e 1999. Seu objetivo foi ampliar as narrativas sobre comunicação alternativa, já que obras de referência na área de história da imprensa pouco informam sobre periódicos feministas daquela época. Na fase de delimitação do campo de análise, Cardoso identificou 75 títulos feministas que foram produzidos no recorte temporal proposto.

Para narrar a trajetória dessas publicações, Cardoso as dividiu em duas gerações. Na primeira, que circulou entre 1974 e 1980, a autora destaca a predominância de reivindicações por justiça social. Além disso, as páginas desses periódicos apresentavam pautas integradas ao contexto político nacional, que a autora aponta como resultado da imbricação das produtoras dos veículos com partidos políticos e movimentos de oposição à ditadura civil-militar.

A segunda geração, por sua vez, que vai de 1981 a 1999, tem como objetivo central a defesa da igualdade entre homens e mulheres, com direito à diferença – segundo a investigação de Cardoso (2004). Ao contrário dos títulos da primeira geração, esses são vinculados a organizações não-governamentais. Algo que, na visão da pesquisadora, reflete a tendência nacional de institucionalização dos movimentos sociais e que culminou na “onguização” desses grupos, a partir da década de 1980. É nessa categoria que a autora discorre sobre o boletim *ChanaComChana* – tido como a primeira publicação lésbica de circulação relativamente regular no Brasil (LESSA, 2007; PERÉT, 2011; MAIA, 2017a).

O CCC, editado entre 1982 e 1987, é o único periódico lésbico que consta no mapeamento de Cardoso (2004). Entretanto, pesquisas mais recentes mostram que existiram outros veículos contemporâneos ao *ChanaComChana* e que outros títulos surgiram até 1999 (LESSA, 2007; PERÉT, 2011; SILVA, 2016; MAIA, 2017a), que a autora escolhe como ano final de análise. Ainda assim, o estudo de Cardoso (2004) é um marco, pois inclui uma publicação lésbica no rol de produções da Imprensa Feminista – algo que não se nota em

outros estudos, ainda que todas as publicações lésbicas surgidas no referido período sejam também feministas² (MAIA, 2017a).

A dissertação de Cardoso também tem o mérito de apresentar as características de organização do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf), responsável pela edição do CCC, a dinâmica de produção e circulação do periódico, além de trazer as características formais do boletim – material, número de tiragem, periodicidade, nomes das editorias etc.

Em 2007, foi publicada a tese de Patricia Lessa. No estudo, a pesquisadora se dedica a analisar publicações lésbicas – não necessariamente periódicos informativos – veiculados a partir da década de 1980. Seu objetivo é, a partir das teorias das representações sociais combinadas com a análise do discurso, mapear os ativismos lésbicos no Brasil e analisar as subjetividades que emergem em textos e imagens produzidas pela própria comunidade em questão.

O estudo de Lessa (2007) amplia o número de veículos que compõem a Imprensa Lésbica. Em sua tese, há a descrição do boletim *Iamuricumá*, uma experiência carioca de janeiro de 1981, portanto no contexto de pré-consolidação desse segmento. Outra experiência nesse sentido é a edição do jornal *ChanaComChana*, que também foi publicado, pela primeira vez, em janeiro de 1981 pelo Galf. A ideia de produzir um veículo informativo foi suspensa temporariamente pelo grupo, que, inclusive, passou por uma reconfiguração naquele momento.

Posteriormente, o coletivo volta a atuar nessa frente, editando o boletim CCC a partir de 1982. Na pesquisa de Lessa (2007), também são apresentados o boletim e a revista *Um Outro Olhar (UOO)*, que sucederam o CCC. Em formato boletim, UOO circulou entre 1987 e 1993. Já na forma de revista, a circulação se deu entre 1993 e 2002. A mudança no nome e na dinâmica da publicação acompanha a reconfiguração do grupo que o editava, pois em 1989 o Galf passa a se chamar Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar³, abrindo caminho para a rearticulação do grupo, que viria a se tornar uma organização não governamental em abril de 1990 (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, n. 12, 1990).

Outra virtude da tese de Lessa (2007) é a sistematização da trajetória dos ativismos lésbicos no Brasil de maneira ampliada. A pesquisadora demonstrou de maneira detalhada as transformações pelas quais os movimentos passaram, as tensões envolvidas com outros

² Uma exceção é a obra de Constância Lima Duarte (2016), *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Ao apresentar o livro, a pesquisadora afirma que trabalha numa obra de sistematização de jornais da mesma natureza, no contexto do século XX. Nesse tópico, o *ChanaComChana* é citado como periódico que fará parte do levantamento.

³ No decorrer do artigo, também uso o termo Rede para me referir ao grupo.

setores da sociedade civil organizada, além de ampliar a geografia de análise dos grupos em questão.

Também no esforço de expandir as narrativas sobre os ativismos lésbicos se encontra a tese de Zuleide Paiva da Silva (2016). Na pesquisa, a autora se propõe a cartografar os movimentos sociais de lésbicas no estado da Bahia, que surgiram entre 1979 e 2003. São eles: Grupo Libertário Homossexual (GLH), Grupo Lésbico da Bahia (GLB), Grupo Palavra de Mulher Lésbica (GPML) e Liga Brasileira de Lésbicas da Bahia (LBL-BA). Esse feito é de notável relevância, pois boa parte das narrativas sobre os ativismos lésbicos privilegiam o eixo Rio-São Paulo, ocultando experiências de outras localidades e que também alcançaram importantes conquistas.

No que se refere às publicações lésbicas, Silva (2016) apresenta descrições sucintas. Mesmo porque, ao contrário dos estudos de Cardoso (2004) e Lessa (2007), a autora não se detém sobre os periódicos em si, mas sobre os grupos de ativismo. Entretanto, os registros trazidos por Silva (2016) são importantes e, em alguns pontos, inéditos, já que outras pesquisas realizadas até então não se dedicaram a periódicos baianos. Sua tese registra a existência do jornal *Amazonas*, editado pelo GLH em 1983. Em relação a outras pesquisas de pós-graduação, o trabalho de Silva (2016) é o mais rico em detalhes sobre a publicação, além de indicar fontes para seu estudo.

O trabalho mais recente e mais completo a abordar periódicos da Imprensa Lésbica é de autoria de Carolina Maia (2017a). Sua pesquisa consiste num estudo de redes a partir das produções de leitoras do boletim *Um Outro Olhar*, que frequentemente colaboravam para o periódico com artigos de opinião, relatos de vivências particulares, poesias e outros gêneros textuais.

Embora Maia (2017a) se detenha sobre uma seção específica de uma entre as dezenas de publicações lésbicas, sua dissertação traz um primoroso registro de trajetórias dos ativismos lésbicos no Brasil e das publicações editadas por esses grupos entre 1981 e 2016. Nesse estudo, também consta a identificação de 19 periódicos lésbicos. O mapeamento levou em consideração registros de ativistas, buscas pessoais da autora, troca de informações com ativistas lésbicas, além de outras pesquisas acadêmicas como as de Cardoso (2004) e Lessa (2007), já mencionadas aqui.

Mais do que elencar as publicações, Maia (2017a) identificou os grupos responsáveis por editá-los, a cidade onde eram produzidos e o período de circulação. Em alguns casos, a autora também apontou fontes onde é possível encontrar parte desses materiais e identificou

ativistas que colaboraram para eles. Feito que se constitui não apenas como importante registro histórico – o que não é pouco – mas que também facilita investigações futuras.

Propondo uma narrativa: a Imprensa Lésbica brasileira de 1981 a 1995

Na pesquisa de mestrado que estou desenvolvendo, conto, principalmente com as contribuições desses quatro estudos de pós-graduação. As autoras desses trabalhos colaboraram para que a visão sobre os ativismos lésbicos e suas produções fosse menos turva. Embora os próprios estudos apontem algumas fontes de pesquisa para dar continuidade a investigações sobre a maioria dos periódicos da Imprensa Lésbica, o esforço de sistematizá-los numa narrativa conjunta, como a que proponho, precisa obedecer um recorte temporal. Afinal, há que se considerar a viabilidade da pesquisa no tempo regulamentar de um estudo de mestrado, isto é, 24 meses. Como mencionado na seção anterior, Maia (2017a) identificou 19 títulos desse segmento. No primeiro ano de pesquisa do mestrado, ou seja, em 2018, registrei o surgimento de outras quatro publicações, totalizando 23 periódicos.

Empreender uma análise detalhada sobre cada um deles, no período de que disponho, seria inviável. Mesmo porque, há casos em que os periódicos precisam de descrições básicas e não há registro de seus exemplares. Além do que, há títulos cuja autoria é anônima, o que demandaria um tempo maior de investigação. Sendo assim, optei por analisar publicações criadas entre 1981 e 1995. Esse recorte temporal foi estabelecido a partir do marco da Assembleia Constituinte. Como produto de seu tempo, os periódicos lésbicos que surgem nesse período refletem em suas páginas a oposição contumaz ao regime ditatorial (CARDOSO, 2004; COUTINHO, 2019). Assim, proponho uma narrativa dividida em duas fases: o período pré-constituente e a primeira década após o evento.

Esse marco temporal como organizador da narrativa também se relaciona às características dos movimentos sociais que emergiram antes e depois da ditadura. Inicialmente, os grupos possuíam organizações informais e uma tônica mais radical. No caso dos movimentos de gays e lésbicas, por exemplo, há a influência da chamada Contracultura (VELOSO, 1997), que orienta as ações dos grupos daquela época (MACRAE, 1990; MARTINHO, 2019).

Outro elemento que explica a rebeldia desse segmento, em sua primeira geração, é a insistência na auto-afirmação. Diante da vigilância moral exercida pela ditadura de então e da dificuldade de diálogo com organizações ortodoxas de esquerda, o escracho e o deboche se tornaram estratégias de resistência para forjar a visibilidade política de gays e lésbicas. Com

isso, os movimentos dessa fase buscaram, sem êxito, o apoio nos grupos feministas. Acreditava-se que essa aliança era necessária já que, tal como as feministas, o movimento homossexual, especialmente o de lésbicas, buscava a politização do cotidiano. Entretanto, o que se viu foi uma sucessão de desentendimentos, motivados pela homofobia que, contraditoriamente, pairava sobre boa parte das organizações feministas da época (MARTINHO, 2019; PERÉT, 2011).

Após a ditadura, já com os ânimos políticos arrefecidos, o movimento lésbico se reconfigurou. Esse processo é resultado não apenas do amadurecimento político, mas também pessoal das próprias ativistas, que tendo saído da vida universitária, dispunham de mais condições logísticas e financeiras para se organizar politicamente. Nesse sentido, também é importante destacar a busca para alcançar as lésbicas que estavam “fora da bolha”, isto é, das organizações políticas. Dessa forma, sua atuação passa a priorizar a formação de grupos em outras regiões, além de diversificar o debate travado nas suas respectivas publicações. Embora o feminismo siga na essência de todos os periódicos lésbicos, nessa etapa, eles apresentam conteúdo mais plural, evidenciando questões de cultura, saúde, sexualidade e amenidades. Trata-se, portanto, de uma nova postura de articulação política. Daí a pertinência de organizar a narrativa sobre a Imprensa lésbica nesses dois momentos.

Entre 1981 e 1995, foi registrado o surgimento de onze títulos da Imprensa Lésbica. Todos eles compõem o meu *corpus* de pesquisa. No quadro abaixo, apresento o mapa de publicações desse segmento. Para constituí-lo, parto da sistematização de títulos organizada por Carolina Maia (2017a) e das buscas que empreendi durante a pesquisa de mestrado e que permitiram ampliar as informações apresentadas pela autora⁴. Posteriormente, discuto de maneira breve a trajetória dos periódicos que fazem parte de meu estudo, destacando os avanços que obtive em relação a pesquisas anteriores a minha. A caracterização de cada veículo levará em conta aspectos gerais, já que não seria possível discorrer detalhadamente sobre os onze títulos neste reduzido espaço.

Quadro 1 - Mapa da Imprensa Lésbica brasileira (1981-2018)

Nome	Período de	Responsável pela	Sede
------	------------	------------------	------

⁴ A consulta aos exemplares de boa parte das publicações descritas aqui foi viabilizada pelas pesquisadoras Carolina Maia, Gabriela Coutinho e Patricia Lessa. Além disso, contei com a digitalização dos arquivos pessoais de Marisa Fernandes e Míriam Martinho e de seu contínuo trabalho de sistematização e divulgação das memórias lésbicas. Agradeço a todas elas pela generosidade da partilha. Além dessas colaborações pessoais, consultei parte dos periódicos no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Biblioteca Nacional (BN) e no Centro de Informação da Mulher (CIM), a quem estendo os agradecimentos.

	circulação	publicação	
Iamuricumá	1981*	Anônimas	Rio de Janeiro/RJ
ChanaComChana (jornal)	1981	Grupo de Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
ChanaComChana (boletim)	1982-1987	Grupo de Ação Lésbica-Feminista	São Paulo/SP
Amazonas	1983-1985	Grupo Libertário Homossexual da Bahia	Salvador/BA
Xerereca	1987	Rita de Cássia Colaço Rodrigues e Ana Lugon	Rio de Janeiro/RJ
Um Outro Olhar (boletim)	1987-1995	Grupo de Ação Lésbica- Feminista/Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Deusa Terra	1990-1994	Deusa Terra	São Paulo/SP
Lesbertária	1993	MíriamBottassi e Anne Punch	São Paulo/SP
Femme	1993-1996**	Afins - Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos	Santos/SP
Folhetim	1993-2008	Movimento D'Ellas	Rio de Janeiro/RJ
GEM	1994-1995**	Grupo Estação Mulher	São Paulo/SP
Um Outro Olhar (revista)	1995-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ousar Viver	1997-2002	Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar	São Paulo/SP
Ponto G	1998-2002	Grupo Lésbico da Bahia	Salvador/BA
Visibilidade	1998; 2001-2004	Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro/RJ
Informativo da Liga	2004-2006	Liga Brasileira de	Porto Alegre/RS

Brasileira de Lésbicas da Região Sul		Lésbicas	
O L	2005	Beijo Livre	Brasília/DF
Sobre Elas	2006	Nina Lopes	São Paulo/SP
Alternativa L	2013-2019 (em circulação)	Equipe Alternativa L	São Paulo/SP
Brejeiras	2018-2019 (em circulação)	Brejeiras	Rio de Janeiro/RJ
Léssica	2018-2019 (em circulação)	Cristiane Schwinden	Salvador/BA
Tia Concha	2018-2019 (em circulação)	Coletivo 44	São Paulo/SP

(*) O período de circulação desse boletim é incerto. Até o momento, os estudos que abordam publicações lésbicas registraram apenas uma edição, publicada em janeiro de 1981 (MAIA, 2017a; PERÉT, 2011; LESSA, 2007). Em minha pesquisa de campo, identifiquei a segunda e a terceira edição do *Iamuricumá*, disponibilizadas pelo acervo do CIM, em São Paulo.

(**) As fundadoras da *Femme* não conseguiram precisar a data de encerramento da revista. Em entrevista à Carolina Maia (2017b), elas afirmaram ter se desfeito dos arquivos do Grupo Afins e da *Femme*, com medo de que o material caísse em “mãos erradas”. Estimo o ano final como 1996 a partir das pesquisas feitas até então (MAIA, 2017a/ 2017b; PERÉT, 2011) e do arquivo do CIM, que registrou a nona edição, publicada em 1996, como a última veiculada.

(***) A indicação de 1995 como ano de encerramento da publicação é uma estimativa. Em comunicação pessoal com a editora do *GEM*, Regina Macedo, soube que ela não tem mais exemplares do periódico, mas acredita que sua circulação não durou mais do que um ano⁵.

Fonte: Maia (2017a), pesquisa da autora (2019).

Os periódicos lésbicos que surgem no período pré-constituente, que situo entre 1981 e 1987, exprimem relações com o meio acadêmico. A meu ver, essa característica se deve ao fato de eles terem sido idealizados por ativistas que se encontravam no movimento estudantil. É o caso do *Galf*, em São Paulo, que era formado majoritariamente por estudantes de Ciências Humanas (CARDOSO, 2004). O mesmo ocorre com o *GLH*, que foi fundado por estudantes de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e era responsável pela edição do jornal *Amazonas* (SILVA, 2016).

A influência do meio universitário se faz notar, por exemplo, nas indicações de leitura do *ChanaComChana*, que tinha uma seção exclusiva para divulgar produções de pesquisadoras lésbicas e feministas. O próprio conteúdo que circulava nas páginas desses títulos também exprimia essa relação. O boletim *Iamuricumá*, por exemplo, cedeu espaço para o texto de um coletivo de feministas radicais francesas. Essa influência permanece nas

⁵ Comunicação realizada em 03 de abril de 2019 por telefone.

edições seguintes do boletim, que datam de fevereiro e maio de 1981, e causam grande alvoroço entre as leitoras.

Nesse sentido, vale destacar que alguns dos expoentes desse pensamento, naquela época, eram Christine Delphy (2015) e Monique Wittig (2006). Suas produções articulavam os Estudos Feministas com o materialismo histórico. As ideias propagadas por essas autoras ficaram conhecidas como radicais por denunciarem o patriarcado – e a heterossexualidade – como um regime de dominação política das mulheres. Para superar esse sistema de dominação, Wittig (2006) defende, por exemplo, a abolição do sistema sexo-gênero. Segundo ela, só em um mundo no qual o sexo/gênero não seja o elemento definidor dos indivíduos será possível superar as desigualdades de gênero.

Essa abordagem política das lesbianidades também tem a ver com a própria luta do movimento de lésbicas para se firmar no âmbito dos movimentos sociais. Diversos ativistas de grupos gays e lésbicos relatam que a homossexualidade era vista como um desvio burguês pelos movimentos de esquerda (MARTINHO, 1990; FERNANDES, 2018; GREEN, 2018). Mesmo o movimento feminista entendia a sexualidade como uma questão de natureza privada. Assim, o esforço das ativistas lésbicas, nessa primeira fase de sua imprensa, foi politizar sua condição e denunciar como a heterossexualidade compulsória oprime a todas as mulheres – sejam elas lésbicas ou não (RICH, 2010).

Essa conscientização, à época classificada como radical, apresenta-se, inclusive, nos nomes das publicações do período pré-constituente. *Iamuricumá*, por exemplo, é um termo do vocabulário dos Kamairuás, tribo que habita o Parque Indígena do Xingu. A expressão é usada para se referir às mulheres que se insurgiram contra o poder masculino e acabam expulsas da tribo (VILLAS-BÔAS & VILLAS-BÔAS, 1990). O GLH, por sua vez, escolheu *Amazonas* como título de seu jornal. Uma referência explícita à sociedade de mulheres guerreiras registrada na história grega (NAVARRO-SWAIN, 2007). Em entrevista à Silva (2016), Lourdinha, que fundou o GLH, destacou a polêmica causada nos corredores da UFBA, após o *Amazonas* publicar a seguinte frase: “o buraco da nossa buceta é político”. Segundo a ativista, esse dizer tinha como referência o pensamento de Guy Hocquenghem, que afirmava: “o buraco do meu cú é revolucionário. As integrantes do GLH combinaram a declaração ao bordão feminista do “pessoal é político” e a divulgaram em seu periódico.

[...] A reapropriação da frase feita pelo GLH a partir do reconhecimento da buceta como corpo político liberta o corpo feminino das amarras da biologia, conseqüentemente, liberta as mulheres, que têm buceta, do matrimônio e da reprodução obrigatória. Esta compreensão expressa, sobretudo, um ataque à família heterossexual monogâmica como instituição básica do sistema capitalista que aprisiona os corpos das mulheres (SIVA, 2016, p. 200-201).

Mas o auge dessa postura radical se encontra mesmo é nos títulos do paulistano *ChanaComChana* e do carioca *Xerereca*. Este último, idealizado por estudantes de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), era uma resposta direta à conduta machista de alunos da faculdade – conforme relatou Rita Colaço em entrevista à Carolina Maia (2017a). Anos mais tarde, quando o Galf substituiu o *ChanaComChana* por *Um Outro Olhar*, é publicado um texto no qual as organizadoras explicam as escolhas feitas no passado.

ChanacomChana surgiu em 1981, no chamado período de ‘abertura’ da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, de onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais importante era ser (sexualmente) muito explícita e até mesmo debochada... (BOLETIM UM OUTRO OLHAR, 1987, p. 3)

Como produto de seu tempo, a Imprensa Lésbica pré-constituente também se estabeleceu como espaço de circulação de ideais de resistência e oposição ao regime ditatorial. Talvez a expressão mais evidente disso sejam as edições finais do boletim *ChanaComChana*, no qual se discutiram temas relacionados à Assembleia Constituinte. Sobretudo a partir da edição 8, nota-se um envolvimento das articuladoras do boletim, que alertavam para a necessidade da participação política das lésbicas. Naquele momento, a discussão mais presente era a do combate a homofobia. Nesse sentido, acompanhando a movimentação de outros grupos de militância homossexual, as lésbicas brasileiras passam a reivindicar que a nova constituição tenha um item para garantir a igualdade entre os indivíduos, independentemente de sua orientação sexual.

Outra marca dessa imprensa é a ausência de regularidade entre uma edição e outra, refletindo as dificuldades econômicas e de articulação política que atingiam os coletivos lésbicos de então. É importante destacar, que o movimento homossexual brasileiro começa a ganhar robustez após a chamada “abertura política”, iniciada em 1974. Sendo assim, o surgimento de grupos lésbicos se dá num período extremamente complexo, no que se refere à reorganização de forças políticas no Brasil. Míriam Martinho (1990), por exemplo, realizou um balanço de grupos lésbicos que surgiram na década de 1980, no Brasil. Nele, nota-se que nesse curto espaço de tempo surgiram cinco grupos, dos quais apenas o Galf se manteve até a década seguinte.

Tabela 2 - Grupos lésbicos da década de 1980

NOME DA ORGANIZAÇÃO	ESTADO
---------------------	--------

Grupo Lésbico Feminista (LF), posterior Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf)	São Paulo
Terra Maria, Opção Lésbica	São Paulo
Grupo Libertário Homossexual	Bahia
Terceira Dimensão	Rio Grande do Sul
Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas	Rio Grande do Sul

Fonte: recuperado do texto “1979-1989 - 10 anos de movimentação lésbica no Brasil”, assinado por Miriam Martinho e publicado na edição 9 do boletim *Um Outro Olhar* (1990).

Essa incipiência só é superada na década seguinte, quando os movimentos passam a se articular como organizações não governamentais, num cenário mais amistoso para os movimentos sociais do que no período anterior. Embora tenha ocorrido essa virada no que se refere à estrutura organizacional do movimento de lésbicas, há alguns traços que permanecem. Um deles é o fato de os periódicos serem editados, majoritariamente, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa questão só muda a partir da virada do milênio, como mostra a tabela 1.

O estudo de Lenzi e Silva (2018), sobre a sociabilidade lésbica em Florianópolis na década de 1980, apresenta resultados que ajudam a compreender essa concentração de grupos no Rio e em São Paulo. Segundo as autoras, as lésbicas dispunham de poucos espaços amigáveis a sua presença, seja para articulação política ou para atividades de lazer. Dessa forma, sua organização ocorria pelo que Lenzi e Silva classificam como “fissuras”, ou seja, “brechas que são construídas por estratégias e ações de resistência” (2018, p. 118). Essas táticas eram praticadas, por exemplo, no meio acadêmico, nos movimentos sociais e em partidos políticos. Dada a efervescência que organizações dessa natureza viveram nas décadas de 1980 e 1990 em São Paulo e no Rio de Janeiro, podemos ter uma pista sobre o fato de a maioria dos grupos lésbicos terem se concentrado nessa região durante o período.

Nessa segunda fase da Imprensa Lésbica, uma marca que se nota é o fomento à articulação de redes de ativismo lésbico. Esse aspecto resulta da colaboração internacional entre as lésbicas. Diante da dificuldade de organização conjunta com movimentos feministas

e grupos mistos de homossexuais, as lésbicas passam a se concentrar mais especificamente em suas pautas particulares⁶.

Na análise preliminar dos periódicos que levantei até o momento, todos apresentam algum conteúdo que incentiva uma participação mais ampla do público na produção dos veículos, mas também de ações organizadas no âmbito político. Um exemplo que ilustra isso é a transição sofrida pelo boletim *Um Outro Olhar*. Sobretudo a partir de 1989, quando o Galf se transforma em Rede, nota-se mais envolvimento de leitoras e ativistas, para além do núcleo responsável pela edição do boletim. Inicialmente com pouco mais de uma dezena de páginas, *Um Outro Olhar* passa a ter edições mais robustas, com relatos de vivências, resenhas de livros e filmes, e até de entrevistas feitas por leitoras, de maneira autônoma, em outros estados.

Esse esforço de integração foi tão forte naquele momento que mesmo grupos cujas integrantes possuíam diferenças políticas atuavam em conjunto. Algo que ilustra esse aspecto é o fato de boa parte das publicações desse período possuírem uma seção que indica o recebimento de materiais de outros grupos, incentivando a circulação de diferentes periódicos.

Outro exemplo disso é o Deusa Terra, que passa a publicar um boletim de mesmo nome em 1990. O coletivo era formado por lésbicas diversas, com ou sem experiência anterior em ativismo social.

Tínhamos como objetivo - ou pretexto; dependendo do ângulo de análise - registrarmos nossas vivências enquanto lésbicas. Propusemo-nos a escrever poesias, depoimentos, crônicas e/ou artigos a partir dessas discussões, que ocorriam quinzenalmente.

[...] Registramos nossas discussões em fita cassete e é maravilhoso todas as vezes que podemos ouvir novamente os risos, a suavidade, a força, e tudo o mais sempre presente quando mulheres se reúnem. Preenchemos páginas e páginas de um caderno coletivo; fizemos um tablóide distribuído a outras lésbicas que não integravam o grupo. Éramos então um grupo de literatura.

Posteriormente sentimos a necessidade de ampliar nossos objetivos e decidimos publicar um modesto “jornalzinho” no qual estariam nossos textos para compartilhá-los com mais lésbicas. (BOLETIM DEUSA TERRA, 1993, p. 1).

Inicialmente pensado para ser um grupo de estudos sobre literatura lésbica, o Deusa Terra se tornou uma instituição voltada para a cultura e a auto-aceitação lésbica. As páginas de seu boletim refletiam esse propósito, na medida em que boa parte de seu conteúdo era destinado ao relato de vivências lésbicas e denúncias de discriminação. Nesse sentido, vale destacar a permanência da repressão sexual, mesmo após o fim do regime militar que era

⁶ Esse processo ocorreu não apenas no Brasil, mas em outros lugares do mundo. No caso da América Latina, o estudo de Mogrovejo (2000) apresenta um cenário detalhado sobre esse tópico. A ativista Míriam Martinho (2011) também descreveu as influências que as lésbicas brasileiras receberam do movimento internacional, no contexto da Rede Outro Olhar.

abertamente um inimigo da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT+)⁷.

O *GEM*, por exemplo, criado pelo Grupo Estação Mulher em 1994, tinha como um dos propósitos romper o isolamento ao qual muitas lésbicas estavam confinadas. No editorial da segunda edição, que data de abril de 1995, Regina Macedo caracteriza essa situação como motivo de “angústia ímpar” para um grande número de lésbicas brasileiras. Em comunicação pessoal⁸, a jornalista revelou que mesmo após alguns anos de militância, havia grande dificuldade de organização política. Macedo lembra que convocar atividades públicas para lésbicas era algo nem sempre exitoso, pois o medo da exposição ainda rondava muitas dessas mulheres⁹.

Um aspecto interessante que ilustra o clima de repressão sexual que ainda havia na década de 1990 é o fato de muitas produtoras de publicações lésbicas seguirem escrevendo sob pseudônimos ou assinando apenas com o primeiro nome (MAIA, 2017a, 2017b). Yone Lindgren, fundadora do *Folhetim*, revela que após os primeiros anos de circulação, o periódico passou a concentrar seu conteúdo em apenas uma folha, no formato A4. “Tinha que ser algo que coubesse no bolso, disse a ativista¹⁰.

A literatura acadêmica mostra que o pânico criado em torno da Aids também contribuiu para a dificuldade de assumir uma orientação sexual e ou identidade de gênero desviantes da heteronormatividade. Na época, havia uma estigmatização massiva promovida pelos discursos médicos e midiáticos (TREVISAN, 2018). Perét (2011), por exemplo, afirma que até mesmo a imprensa gay, conhecida por sua irreverência e bom humor foi afetada. Embora a autora se refira especificamente aos periódicos voltados para os homens gays, podemos estender essa compreensão para a Imprensa Lésbica. As publicações da década de 1990 foram espaço de muita discussão sobre Aids, especialmente em relação à sexualidade lésbica. *Femme*, *Lesbertária*, *Um Outro Olhar* e *GEM* deram grande ênfase ao assunto. O boletim *Um Outro Olhar*, por exemplo, tinha uma seção específica para indicar grupos de

⁷ Embora essa perseguição não tenha tido as mesmas características daquelas sofridas por outros movimentos e ativistas, havia uma vigilância moral por parte das polícias (GREEN, 2018), além do cerceamento ao debate sobre temas relacionados aos LGBTs. Exemplo disso é a ameaça da censura federal ao programa de Hebe Camargo, após uma discussão sobre lesbianidades. Informações sobre o caso podem ser encontradas na reportagem “Censura ameaça Hebe Camargo”, publicada em 29 de maio de 1985 na *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 25 de janeiro de 2019.

⁸ Comunicação realizada em 03 de abril de 2019 por telefone.

⁹ A respeito desse tópico, ver o estudo de Lenzi e Silva (2018). Nele, as pesquisadoras relatam que muitas lésbicas que viveram sua juventude na década de 1980 optaram por não expor sua orientação sexual. A invisibilidade era uma tática para evitar a discriminação.

¹⁰ Recuperado de entrevista realizada para a dissertação ora em andamento, no dia 17 de setembro de 2018, no Rio de Janeiro.

enfrentamento à Aids e também livros e periódicos sobre o assunto. Aspecto que também se nota na revista *Femme*, que surgiria anos mais tarde.

Talvez a marca mais evidente da segunda fase da Imprensa Lésbica brasileira seja a virada em termos de conteúdo. Se antes os boletins eram dominados por discussões políticas, refletindo a tensão vivida no período de transição democrática, agora nota-se mais espaço para a discussão de temas mais amenos. O *Lesbertária*, por exemplo, fez uma longa reportagem sobre dicas de viagem para lugares lesbian-friendly¹¹, além de indicar um guia de turismo com o mesmo escopo, porém com destinos internacionais. A *Femme*, por sua vez, apresenta entrevistas com celebridades do mundo LGBTQ+ e uma seção de informes sobre a vida pessoal de lésbicas famosas.

Entretanto, é importante destacar que a mudança no conteúdo não significa um movimento de despolitização. Todos os exemplares que pude consultar até agora se apresentam como lésbicos, mas também feministas. E suas pautas comprovam isso. Discussões sobre monogamia, literatura feminista, eventos de organizações políticas como a ILGA¹² e o ILIS¹³ seguem tendo lugar nas publicações lésbicas (MAIA, 2017a; LESSA, 2007).

Sobre esse tópico, destaco que alguns grupos mantinham relações com organizações dos movimentos feminista, negro, ambientalista e de trabalhadores. Esse aspecto revela que houve uma dedicação maior voltada para as questões lésbicas naquele momento – como o grande número de novos grupos sugere. Simultaneamente, ocorreu o fortalecimento de outras pautas, conferindo mais nuances ao campo dos movimentos sociais do que se notava na década de 1980.

Embora os ativismos lésbicos tenham se ampliado a partir de 1990, em pouco tempo muitos grupos foram se dissolvendo. Publicações como *Um Outro Olhar* e *Femme* revelaram a dificuldade de manutenção da organização e dos periódicos nesse período. As produtoras dessas publicações queixavam-se frequentemente da falta de solidariedade e de colaboração no meio lésbico. Alguns editoriais publicados nessa época criticavam o comportamento de mulheres que procuravam os grupos apenas para encontrar uma namorada e depois abandonavam as atividades.

¹¹ Termo usado por parte da comunidade LGBTQ+ para indicar estabelecimentos que recebem lésbicas sem discriminação.

¹² Sigla em inglês para International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association. Esta é uma organização fundada em 1978, com sede em Genebra, na Suíça, e segue em funcionamento. Seu objetivo é congrega organizações LGBTQ+ de todo o mundo.

¹³ Sigla em inglês para serviço lésbico internacional. Trata-se de Articulação internacional de lésbicas, fundada em 1980, que buscava dar visibilidade a esse segmento dentro da ILGA.

Também contribuiu para o dismantelo das publicações da década de 1990 a forte crise econômica que atingiu o Brasil, sobretudo a partir de 1993. Trata-se do momento em que a inflação bateu recordes históricos¹⁴. Aqui, cabe destacar uma referência a esse contexto, publicada em uma nota do *Lesbertária*, que inclusive teve apenas uma edição.

Cada exemplar deste jornal custou CR\$ 35.000,00 (maio/93) entre impressão e correio. O trabalho braçal foi voluntário. Se quiser receber o próximo número, envie-nos o valor atualizado no mês correspondente. Só assim poderemos publicar o próximo número. Organizaremos uma página de anúncios (até três linhas com 45 toques) ao custo de um exemplar do jornal. Se quiser maior, calcule com base neste valor (JORNAL LESBERTÁRIA, 1993, p. 10).

Considerações finais

Neste estudo, procurei mobilizar o conceito de história do possível (NAVARRO-SWAIN, 2014) para demonstrar a viabilidade de construir uma narrativa sobre o conjunto da Imprensa Lésbica brasileira. Para isso, realizei um breve levantamento bibliográfico de pesquisas que abordam, em detalhes, a história de ao menos um desses periódicos. Embora os estudos se localizem em disciplinas distintas, é possível observá-los como parte de um *continuum* que compõem a trajetória dos ativismos lésbicos e suas produções no Brasil.

Com esse olhar feminista, fundamental para se pensar histórias possíveis (NAVARRO-SWAIN, 2014; MUNIZ, 2015), tomei os grupos de lésbicas e também de ativistas independentes como agentes criativas. Portanto, como autônomas para constituir sua própria imprensa, dada a estigmatização e a invisibilidade desse segmento nos meios de comunicação tradicionais. A relevância desse esforço reside no registro histórico de uma trajetória ainda não contada, além de evidenciar possibilidades para se pensar o próprio fazer jornalístico, já que esse é o campo disciplinar que ocupo como pesquisadora.

Com este estudo, também colaboro para dar mais robustez às memórias lésbicas no Brasil, pois localizo com mais precisão os dados de identificação de alguns periódicos cujas referências na literatura acadêmica são muito breves. Feito que dá continuidade ao importante trabalho de outras pesquisadoras que também se dedicaram ao tema anteriormente.

Entretanto, a despeito desses ganhos, é necessário apontar que restam lacunas a serem preenchidas. Nem todas as publicações tiveram sua trajetória tão detalhada, dada a limitação de espaço deste artigo, e também da própria pesquisa, que ainda não encerrou as buscas em arquivos e a realização de entrevistas. Além das dificuldades logísticas, considerando o deslocamento para consultar arquivos espalhados em diversas cidades, há o entrave na

¹⁴ Boa parte das publicações que escapam dessa questão teve apoio de editais de financiamento de órgãos públicos ou organismos internacionais, sobretudo aqueles dedicados à saúde (MAIA, 2017a).

identificação de autoria de alguns títulos. Afinal, como mencionado anteriormente, o anonimato era prática corrente entre as produtoras de periódicos lésbicos. Sobre isso, destaco que algumas de minhas interlocutoras concederam entrevistas sob condição de anonimato e nem sempre puderam apontar outras ativistas dispostas a colaborar com meu projeto. Infelizmente, ainda há o temor de que a exposição de suas trajetórias como militantes lésbicas cause retaliações no ambiente familiar e de trabalho.

Apesar dessas pendências, considero importante dar publicidade aos avanços obtidos até o momento. A partilha de parte desses resultados pode incentivar outras pesquisadoras a se somar à tarefa de estudar a Imprensa Lésbica. Além disso, como nos lembra Marialva Barbosa “o conhecimento só é válido quando carrega em si mesmo a idéia de tributo. Tributo aos que estudaram no passado, percorrendo um caminho que continuamos trilhando, e tributo ao futuro, aos jovens que certamente continuarão caminhos que deixamos inconclusos” (2008, p. 8).

Referências

Periódicos

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 8, Agosto/1985.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1, Setembro/1987.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR, São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 9, Novembro/1989.

BOLETIM UM OUTRO OLHAR, São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 12, Primavera/1990.

DEUSA TERRA, São Paulo: Deusa Terra, n. 4 - Outubro de 1993.

FEMME, n. 9, 1996, Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica.

GEM, São Paulo: Grupo Estação Mulher, n. 2, Abril/1995.

IAMURICUMÁ, Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 1, Janeiro/1981.

LESBERTÁRIA, São Paulo: Lesbértária, n. 1, 1993 - edição única.

Livros e artigos

BARBOSA, Marialva Carlos. Por uma história cultural da imprensa brasileira. *Lumina*, v. 2, n. 1, 2008, p. 1-8.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COUTINHO, Gabriela. *Lésbicas no debate da redemocratização: uma análise do boletim ChanaComChana*. 2019. 60 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília (no prelo).

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, 2015, s/p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000300099&script=sci_arttext#fn9>. 26 de janeiro de 2019.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX*. São Paulo: Autêntica, 2016.

FERNANDES, Marisa. O feminismo das lésbicas. In: Diana Raffaella Kalazans Ribeiro... [et al.]. *Nossas histórias, nossas vozes: resistências históricas de lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, p. 234-247.

GREEN, James. Fortalecendo alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo. In: GREEN, James N. ... [et al.]. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 63-78.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. 'Faço de conta que eu não existo e você faz de conta que não me vê': Geografias lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis - SC, Brasil. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, 2018, p. 114-152.

LESSA, Patrícia. *Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (1979- 2006)*. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MAIA, Carolina. *Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira*. 2017a. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAIA, Carolina. Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista *Femme* (1993-1995) In: *13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos*, 2017b, Florianópolis, p. 1-13.

MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. In: *Um Outro Olhar* (magazine virtual). Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

MARTINHO, Míriam. *19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil*. 2011. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

MARTINHO, Míriam. 1979-1989: 10 anos de movimentação lésbica no Brasil. In: *Um Outro Olhar*, n. 9, novembro/1990, p. 8-17.

MOGROVEJO, Norma. *Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista en América Latina*. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologias feministas e História das Mulheres: lentes cruzadas. *Opsis*, v. 15, n. 2, 2015, p. 316-329.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Org.). *Estudos Feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Amazonas brasileiras: impossível realidade? *Padê: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, v. 2, n. 1, 2007, p. 81-95.

PEDRO, Joana Maria. Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis SC, v. 11, n. 2, 2003, p. 509-512.

PÉRET, Flávia. *Imprensa Gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle et al. (Orgs.). *A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia*. Tradução de Rachel Soihet, Suely Gomes Costa e Rosana Soares. *Gênero*, v. 2, n. 1, 2001, p. 7-30.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades*. Natal: v. 4, n. 5, 2010, p. 17-44.

SILVA, Zuleide Paiva. “*Sapatão não é bagunça*”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 382 f. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4a ed., rev., atual., amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VELOSO, Caetano. *Verdade tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VILLAS-BÔAS, Orlando & VILLAS-BÔAS, Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. 8a ed. Porto Alegre: Kuarup, 1990.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Tradução de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Egales, 2006.